

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

À

**GÊNESIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI – ME**

CNPJ: 21.542.278/0001-60

E-mail: genesis.ind.com@gmail.com

Att.: Sr. Alessandro Corrêa de Oliveira

**Ref.:** Pregão Eletrônico nº 001/2025 - NLC/PRES**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de equipamentos de parques infantis.**Assunto:** Resposta ao Pedido de Reconsideração – Inabilitação no Lote 2

Prezados,

Recebemos o pedido de reconsideração referente à decisão que declarou fracassado o Lote 2 - (cota reservada para ME/EPP) do Pregão Eletrônico nº 001/2025. Em sua manifestação, foi alegada a ausência de prazo recursal após a declaração de fracasso do lote, bem como questionou a aplicação do § 3º do art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011, com fundamento na ADI nº 0715550-27.2020.8.07.0000.

Conforme destacado pela empresa, o pedido foi nominado como "*pedido de reconsideração*", figura não expressamente prevista no ordenamento jurídico aplicável. No entanto, considerando os princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CF/88), bem como o disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP (Art. 127, VI), que estabelece a necessidade de conclusão da fase recursal antes da declaração de fracasso do certame, reconhecemos que houve falha processual ao não ser aberto o prazo para interposição de recurso.

Nesse sentido, com base na Súmula 473 do STF, que permite à Administração Pública anular seus próprios atos quando eivados de vícios, e visando assegurar a regularidade do procedimento, **decidimos reabrir o prazo recursal por 03 (três) dias úteis**, contados a partir da ciência desta comunicação, para que as empresas formalizem seus recursos administrativos.

Quanto ao mérito das alegações sobre a inconstitucionalidade do § 3º do art. 26 da Lei nº 4.611/2011, destacamos que essa discussão exigirá análise aprofundada, considerando a redação restaurada pela ADI mencionada.

Assim, a questão será examinada no âmbito do recurso administrativo, garantindo-se o devido processo legal e a ampla defesa. A presente decisão limita-se a regularizar o procedimento, sem prejulgamento do mérito. O recurso, quando protocolado, será analisado pela Comissão de Licitação, com posterior decisão fundamentada.

Atenciosamente,

Juscelino F. da Silva



Documento assinado eletronicamente por **JUSCELINO FERREIRA DA SILVA - Matr.0972768-X, Pregoeiro(a)**, em 04/06/2025, às 14:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=172683256)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=172683256)  
verificador= **172683256** código CRC= **E7557371**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Sítio - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)

---